



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 16 - julho de 2016

História, literatura e memória: uma perspectiva pós-modernista de *O Retrato do Rei*, de Ana Miranda

Maíra Contrucci Jamel *

RESUMO

Este artigo pretende analisar os embates entre história e memória na literatura pós-moderna através de uma leitura do livro *O Retrato do Rei*, romance de Ana Miranda, que segue uma tendência da pós-modernidade ao roubar do tecido histórico matéria para a construção ficcional. Assim sendo, pretende-se analisar a transitoriedade estabelecida entre a literatura e a história, ressaltando a memória como um elemento norteador das construções sociais, sejam elas históricas ou literárias. Por fim, também serão levantadas questões sobre o processo de consolidação de identidade cultural, uma vez que esta se liga diretamente ao desenvolvimento histórico e literário de uma sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-modernismo; Metaficção historiográfica; Identidade cultural; *O retrato do Rei*; Ana Miranda

ABSTRACT

This article analyzes the connections between history and memory in post-modern literature through a reading of the book *O Retrato do Rei*, a novel by Ana Miranda, which follows a trend of post-modernity taking material from History for the fictional development. In this way, this paper also discusses the transience established between literature and history, emphasizing memory as a guiding element of social aspects, whether historical or literary. Finally, some matters will be presented about the process of consolidation of cultural identity, which is directly connected to the development of literature and history in society.

KEYWORDS: Postmodernism, Historiographic metafiction, Cultural identity, *O Retrato do Rei*, Ana Miranda

* Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Rio de Janeiro, RJ, Brasil. mairacj@gmail.com

Não, não era ainda a era da passagem
do nada ao nada, e do nada ao seu restante.
Viver era tanger o instante, era linguagem
de se inventar o visível, e era bastante.

Falar é tatear o nome do que se afasta.
Além da terra, há só o sonho de perdê-la.
Além do céu, o mesmo céu, que se alastra
num arquipélago de escuro e de estrela.

Antonio Carlos Secchin

Os discursos do pós-modernismo, desconstrução, nova história e estudos culturais e pós-coloniais dominaram as discussões acadêmicas da segunda metade do século XX e provocaram grandes mudanças nas perspectivas das abordagens literárias produzidas desde então. Essas correntes integram a visão de mundo pós-modernista, que ampliou de forma definitiva o escopo e as possibilidades dos estudos de literatura, principalmente no âmbito da literatura comparada.

Entendemos que nenhuma expressão artística pode ser estudada sem que se leve em conta o contexto de sua produção. Por isso, seguindo essa orientação, este trabalho pretende tecer considerações sobre as aproximações entre a história e literatura, com o intuito principal de analisar o romance *O Retrato do Rei* (1991), da escritora brasileira Ana Miranda, no bojo do conceito de metaficção historiográfica, defendido pela professora canadense Linda Hutcheon. No entanto, é importante ressaltar que não se pretende apenas usar o conceito de Hutcheon como guia para verificar se o livro de Ana Miranda se encaixa em seus pressupostos teóricos. A teoria será entendida como algo que sucede às obras de arte e não o contrário, ou seja, aspectos teóricos não podem ser condições ou regras para enquadrar o fazer artístico.

A análise de *O Retrato do Rei* aqui apresentada se divide em três camadas de leitura. A primeira destina-se a verificar os embates entre literatura e história, observando a memória como elemento norteador das construções sociais. A segunda observa mais especificamente o romance selecionado, apresentando-o como uma tendência da literatura pós-moderna em enveredar-se pelos caminhos da metaficção historiográfica. E por último, partindo essencialmente do enredo do romance, pretende-se discutir questões de identidade cultural. Esse último tópico deve-se ao fato de acreditarmos na importância basilar do papel da história e da literatura na composição da memória de um povo; e, por consequência, esses dois fatores são parte integrante no

processo de consolidação da identidade cultural, uma vez que surgem da sociedade e a ela regressam.

1 História e literatura: ligações estreitas

“Os tempos se seguem e parafraseiam-se” (ROSA, 2001, p. 73). Essa frase, presente no conto *Desenredo*, de Guimarães Rosa, suscita uma reflexão bastante peculiar acerca do sentido da história. Estaríamos condenados a viver de forma cíclica, encarando velhas questões com olhos modificados pelo tempo em que vivemos? Isso implicaria a noção de que não há e jamais poderá haver um passado único e imutável, pois que é sempre transformado pelo presente. Deixando de lado diversas reflexões que um conto tão denso poderia suscitar, atentemos para o cerne de sua construção, que consiste na ratificação da ideia de que história é discurso. Jó Joaquim, personagem principal do conto, repete infinitas vezes que não foi traído pela esposa, fazendo com que todos acreditem nisso, incluindo ele e até mesmo sua mulher.

Essa interpretação reflete uma tendência pós-moderna em encarar a história como uma construção do homem e, por isso, reconhece que ela não pode ser uma verdade absoluta acerca dos acontecimentos passados. O corte epistemológico que abalou as certezas quanto à cientificidade do fazer historiográfico deve-se necessariamente aos integrantes da Escola dos Anais. Lucien Febvre, um de seus fundadores, afirmava que o fato histórico não passava de um pretense átomo da história. Nenhum episódio simplesmente era adicionado à história da humanidade sem passar pela interferência do homem. Assim, o papel do historiador ganhava mais relevância, uma vez que ele era um agente histórico, analisando dados, selecionando fatos e criticando sua matéria de estudo.

A Nova História, movimento iniciado pelo grupo dos Anais na primeira metade do século XX, revolucionou o modo de se pensar a disciplina, ao questionar alguns de seus pressupostos básicos, dentre os quais se destacam as noções de história oficial e de linearidade. Isso significa dizer que, além de superada a pretensão de ser a versão verdadeira sobre o passado, foi também revisada a ideia de que os fatos ocorriam evolutivamente, o que no caso dos povos ocidentais colocava a tecnologia como referência e considerava as sociedades primitivas menos evoluídas. A percepção de que a história oficial era baseada em documentos produzidos por homens tornou possível entender que não existia um discurso da verdade, mas sim várias verdades. Tal ideia

contribuiu imensamente para a historiografia literária, que adotou diretrizes reconhecendo uma nova distribuição espacial das sociedades. A Nova História compreendeu que a história é construída pelas classes dominantes, pelos vencedores, relegando ao esquecimento a versão dos vencidos. Por isso, surgiram vários estudos dando ênfase ao ponto de vista das minorias, combatendo os discursos generalizantes. A visão de mundo pós-moderna questiona todo tipo de discurso de caráter totalizador, que busca generalizações. Assim, percebe-se que não há mais lugar para macro-narrativas; o que vigora são as microestruturas.

Contribuiu com esse conceito uma reflexão surgida dos estudos da desconstrução que afirma que tudo é discurso, portanto passível de questionamento. Soma-se a isso, o fato de todo discurso carregar em si ideologias e ter sentido político. Começou-se a perceber, então, que a ideia de que os estudos literários poderiam ser apolíticos era uma ilusão. Visto que nenhum discurso é inocente, não se pode estudar a literatura sem relacioná-la com questões políticas e culturais.

O que o pós-modernismo efetivamente enfatiza com relação à história é a impossibilidade de o homem acessar o passado a não ser por textos ou documentos escritos. Como esses documentos já foram questionados quanto a sua condição de verdades absolutas, a subjetividade do discurso histórico é reconhecida definitivamente, tornando muito claras as aproximações entre os discursos da história e da literatura. Sem o peso de ser um discurso absoluto sobre o passado, os textos históricos ficam suscetíveis a questionamentos que apontam para possíveis ficcionalidades em sua composição. Dessa forma, percebemos que uma diferença fundamental entre o discurso da história e o discurso da literatura é que a primeira é um discurso que se quer verdadeiro, enquanto a segunda sabe-se ficcional.

Dentre os elementos utilizados para desenvolver o discurso histórico, há um destaque especial para a memória. Acreditamos que isso se deva ao fato de o discurso da história trabalhar com a memória em dois sentidos: em um primeiro momento, se utilizando dela para definir-se a si próprio e, posteriormente, no sentido de se tornar um modo de formação e divulgação da memória coletiva. Para o historiador Jacques Le Goff, integrante da terceira geração da Escola dos Anais, “a memória coletiva não é só uma conquista, mas um instrumento e um objetivo do poder” (1984, p. 46). A partir desse pressuposto, entendemos que a memória coletiva é, não só uma forma de construção da história, como também um instrumento utilizado pela classe dominante de uma sociedade para fazer valer seus valores e interesses.

A consolidação da memória por meio da linguagem traz consigo diversos desdobramentos no âmbito social. Sobre essa associação, Pierre Janet faz uma reflexão muito interessante, afirmando que:

O ato mnemônico fundamental é o comportamento narrativo que se caracteriza, antes de mais nada, pela sua função social, pois que é comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo (JANET *apud* LE GOFF, 1984, p. 12).

Essa noção nos leva a pensar que toda narrativa, ficcional ou histórica, possui uma função social de afirmação da memória. A importância dessa função social é acentuada, pois a transmissão da memória é uma forma de representação de fatos a outrem que não pôde acessá-los diretamente. Assim, as narrativas são a maneira pela qual a memória se difunde na sociedade. Atentando para o fato de que essa comunicação só pode se dar por meio da linguagem, Jacques Le Goff, em um estudo sobre memória, justapõe as ideias de Janet ao seguinte pensamento do filósofo francês Henri Atlan:

A utilização de uma linguagem falada e depois escrita, é de fato, uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso pode sair dos limites físicos do corpo para estar entreposta quer nos outros quer nas bibliotecas (ATLAN *apud* LE GOFF, 1984, p. 12).

As palavras de Janet e Atlan nos levam a entender que a consolidação da memória não apenas se dá por meio de narrativas, como encontra na sua forma escrita um meio de tornar-se mais forte, capaz de difundir-se não só pela sociedade, mas também ao longo dos anos. Parece-nos inequívoco, então, que a memória é elemento fundamental da identidade de um povo e liga-se intrinsecamente a sua história, bem como a sua literatura.

Em seu livro, *Poética do Pós-Modernismo*, Linda Hutcheon afirma que “a ficção e a história são duas formas de narrativa que são sistemas de significação em nossa cultura” (1991, p. 149). Assim, revela-se uma outra aproximação entre literatura e história, que reflete a importância do contexto na forma de interpretá-las. Novamente retomamos a ideia de que todo discurso é político e, por isso, reflete necessariamente uma ideologia. Portanto, ficção e história apresentam-se como elementos que ganham significado a partir do contexto em que estão inseridas.

Ao voltarmos nosso olhar para a América Latina, precisamos considerar elementos fundamentais e específicos da formação cultural do continente, a fim de entender como as questões acima levantadas ocorrem em um espaço com tantas especificidades. É importante lembrar que o processo de colonização deixa marcas culturais difíceis de serem superadas. A transferência de hábitos, costumes e valores da metrópole para as colônias ocorre no sentido de suprimir manifestações culturais previamente existentes. A literatura, por exemplo, teve todo seu desenvolvimento afetado pelo cânone europeu. Assim, podemos dizer que a passagem da memória dos povos latino-americanos para a linguagem e a documentação histórica do processo de formação sempre estiveram influenciadas pelo olhar do estrangeiro. Da mesma forma, a construção do imaginário social do continente é realizada pela imagem que os povos latino-americanos vão formando de si mesmos, sob a ótica dos valores europeus. Os estudos pós-modernos entenderam esse desvio de olhar e passaram a se conscientizar de que era preciso estudar as literaturas latino-americanas a partir de uma perspectiva que abrangia as diferentes manifestações discursivas e as múltiplas manifestações literárias.

Os romances pós-modernos da América Latina irão refletir um novo modo de encarar a formação cultural de seus povos. Destacamos como exemplo a literatura indígena que não mais apresenta uma figura caricata dos índios. Há, atualmente, uma valorização da literatura oral desses povos, o que reflete respeito e valorização de suas tradições. E, principalmente, há índios autores, que tentam transpor para a escrita a memória e o costume de seus antepassados. Essas atitudes reconfiguram não só a história de um país, mas também sua historiografia literária.

Muitos romances brasileiros são construídos como metaficções historiográficas, revelando também no Brasil a influência pós-moderna no trato da história pela literatura. Uma escritora que segue essa tendência é Ana Miranda. Seus romances *Boca do Inferno* (1989) e *Desmundo* (1996) demonstram a ligação direta de sua literatura com a história brasileira. Dentre eles, destacamos *O Retrato do Rei* para entender como a metaficção historiográfica se apropria dos discursos da história e da ficção.

2 O Retrato do Rei: reflexões sobre a metaficção historiográfica

O romance histórico do século XIX estabeleceu relações com a história, as quais diferenciam radicalmente das instituídas no século XX pelas metaficções historiográficas. Se antes havia a tentativa da matéria ficcional de resgatar o passado,

legitimada pela presença de personagens históricos, as metaficções historiográficas procuram problematizar as relações da história e da ficção. Para Linda Hutcheon, essa nova abordagem feita pela literatura se deve ao fato de a metaficção historiográfica incorporar os domínios histórico e ficcional. Para a estudiosa, esse tipo de romance, por meio da sua “autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas (*metaficção historiográfica*), passa a ser a base para seu repensar e sua reelaboração das formas e dos conceitos do passado” (1991, p. 22). A matéria histórica não se torna apenas mais um legitimador do discurso ficcional, mas este coloca em xeque o modo pelo qual lidamos com as representações do passado. Essa problemática é encontrada em muitos romances de Ana Miranda.

A narrativa de *O Retrato do Rei* tem por base de desenvolvimento a Guerra dos Emboabas, acontecimento marcante na História do Brasil. Entre 1707 e 1709, a disputa pela exploração das recém-descobertas minas de ouro resultou em um confronto envolvendo, de um lado, bandeirantes paulistas e, de outro, os chamados pejorativamente de emboabas, grupo de portugueses e imigrantes de outra parte do Brasil. Enquanto os paulistas defendiam que o direito de exploração era deles, pois tinham desbravado as terras das minas, os emboabas, atraídos para a região devido à febre do ouro, reivindicavam para si direitos e benefícios no que se referia à exploração.

Ana Miranda resgata esse episódio da história brasileira e por meio dele desenvolve sua ficção. A versão da historiografia sobre o confronto apresenta muitas lacunas e a autora se aproveita disso para compor sua narrativa. Essa atitude reforça uma concepção pós-moderna das metaficções historiográficas em não buscar base apenas na chamada história oficial; elas se aproveitam da falta de algumas respostas históricas e, em muitos casos, também se utilizam de mitos e fatos comprovadamente não verídicos como matéria para seu desenvolvimento. Mais uma vez é ressaltada a ideia de construção do passado reconhecendo como construtos humanos todas as formas que temos de acessá-lo.

No livro, com o objetivo de conter a guerra, o governador do Rio de Janeiro, o português Fernando de Lencastre, manda um retrato do rei de Portugal, D. João V, recém-coroadado, para a região das minas em posse dos paulistas. Assim, estaria reconhecido em nome da majestade o direito dos paulistas sobre as terras em disputa. Porém, muitos contratemplos acontecem no trajeto, o retrato se perde e vai parar nas mãos de Dona Mariana de Lencastre, prima do governador, que motivada pela iminente morte de seu pai e pela decadência de seus negócios no Rio de Janeiro, vai para as

minas acompanhada e protegida pelo paulista Valentim. A história de Mariana desenvolve-se paralelamente à história da guerra e também interfere diretamente nela. Isso se deve ao fato de Mariana possuir um sentimento de devoção à figura do Rei, o que a faz guardar o retrato para si, impedindo que seja usado para fins políticos. É interessante notar como a representação do rei, mesmo que em efígie, é encarada pelo povo da colônia. Todos têm uma espécie de veneração pela figura do soberano, o que revela um ambiente dominado pela ideologia colonial. Nas palavras do líder dos emboabas podemos encontrar este pensamento: “Reis não mentem, senhor Bento, disse Viana irritado. Se dizem que o sol é azul, que os olhos ouvem, que as mulheres são lagartas roedoras, assim será. Tudo o que falam passa a ser verdade” (MIRANDA, 1991, p. 126). A importância da presença da autoridade real é acentuada pelo fato de Minas ser uma região recém-descoberta. Não havia um governo geral estabelecido como no Rio de Janeiro, capital da colônia. A região é descrita no decorrer de toda a narrativa como um lugar sem leis, com muitos bandidos que fugiam para lá e prostitutas interessadas no ouro dos exploradores. Para ter fim, o conflito entre emboabas e paulistas era necessário que uma autoridade legitimasse o discurso de um dos lados. Por esse motivo, ambas as partes, ao saberem que o retrato se perdeu, encetam uma busca por ele com o intuito de ter o poder do soberano do seu lado. No entanto, já no final da narrativa, quando o retrato está exposto na câmara de São Paulo, ele não possui mais o mesmo valor. Enquanto era uma ideia, era muito valioso mas, ao se tornar parte do cotidiano, sua importância desgastou-se com o tempo.

Outro traço da história brasileira abordado pelo romance é a posição do povo da colônia perante o europeu. Se em questões políticas a ideologia colonial era preponderante, em questões sociais ela é apresentada com uma forma de dominação cultural, através da depreciação dos costumes da terra em favor dos hábitos estrangeiros. Em um jantar na casa de Borba Gato, guarda-mor do distrito das Minas, alguns estudantes caçoam da comida servida no jantar, ao que o narrador comenta: “Haviam adquirido nas universidades europeias desprezo pelas comidas brasileiras” (MIRANDA, 1991, p. 198). Também são destacadas as diferenças físicas entre os nativos da colônia e os europeus, como podemos ver na descrição da mãe de Mariana:

Elizabeth, a mãe de Mariana, uma mulher branquíssima de pescoço longo e cabelos louros, na colônia de gente parda adquirira um ar especial, único, como se fosse um ser saído das pinturas das igrejas, cujos anjos refulgiam em sua lourice de pigmento colorido. (MIRANDA, 1991, p. 96).

Percebemos que o referencial de pureza e elevação tem por base características físicas de estrangeiros, revelando, assim, mais um modo de dominação cultural, visto que as figuras da bondade difundidas pelas igrejas seguiam padrões europeus. Além disso, há também a referência a uma tradição católica disseminada na colônia. Contudo, salta aos olhos que o personagem que mais deveria propagar o discurso da igreja não o faça. Frei Francisco, mentor da causa emboaba, refere-se no decurso de toda a narrativa a episódios da cultura da Grécia Antiga. Ao ser questionado por um português sobre essa atitude, responde que nem todas as histórias são da Bíblia. Quando efetivamente Frei Francisco faz referência a episódios bíblicos, critica-os duramente. Duvidando de que o que trouxe a morte ao homem foi o fruto da árvore do conhecimento, ele diz: “O conhecimento traz apenas a infelicidade. Mas prefiro ser um desgraçado entendedor que uma mula venturosa” (MIRANDA, 1991, p. 8). Há, portanto, através de um discurso intertextual, um questionamento da lógica europeia cristã adequada à colônia.

O personagem por meio do qual a comparação da Europa com as terras brasileiras mais se destaca é o cirurgião-barbeiro francês, Du Terrail. Ele expõe sentimentos muito contraditórios com relação ao Brasil e também à nação europeia que deixou. Veio para a colônia após lutar e ver seus companheiros massacrados em um combate para que parassem as perseguições aos protestantes na França. O episódio histórico é a Guerra dos “Camisards”. Sobre a França, no início do século XVIII, ou seja, antes do iluminismo e da Revolução Francesa, Du Terrail diz:

A França é um reino de intolerâncias, atraso, superstições, agitado por vãs disputas filosóficas.

Lá, acrescentou, ele seria apenas mais um cirurgião tolhido pelas regras técnicas e instrumentos lógicos que controlavam o avanço das ciências. Nas terras incultas do Brasil podia observar a natureza, expurgar da sua mente os conceitos racionais, as regras operativas, os princípios consagrados pelo comodismo, e assim, tornar-se capaz de vencer a obscuridade das coisas. (MIRANDA, 1991, p. 158).

Assim, o francês demonstra ressentimento com o seu país e faz uma forte crítica aos modos e costumes europeus quando diz que mesmo na Inglaterra, onde havia liberdade religiosa, ele não seria compreendido. Prefere, então, “a gente singela da colônia” aos “rebuscados e teatrais ingleses” (MIRANDA, 1991, p. 158). O pensamento do cirurgião-barbeiro deixa transparecer também a ideia de que em uma terra como o Brasil, que, há pouco havia sido descoberta, ou seja, não tinha ainda estabelecido

completamente leis e regras, era mais fácil desenvolver novos hábitos e técnicas diferenciadas das existentes na Europa.

No entanto, em um momento posterior do livro, Du Terrail critica paulistas e emboabas e reflete sobre a superioridade do povo francês, como podemos ver no seguinte trecho:

Os homens ali, ainda que não confessassem, invejavam-no porque ele era da terra de Luís XIV, de Filipe, o Belo, de Molière, Corneille, Montaigne... Racine... [...] Supunham-se os donos do mundo, emboabas e paulistas. Du Terrail estava verde, como se fosse vomitar. “Ah, maldita colônia, imprecou [...] (MIRANDA, 1991, p. 205).

O trecho acima revela não só o sentimento de superioridade do francês, mas, recíproca e opostamente, o de inferioridade dos habitantes da colônia. Essa lógica de superioridade do estrangeiro também está presente em outros momentos do livro, como na fala do personagem Bento do Amaral, sargento das tropas emboabas: “Devemos concordar que os europeus sabem prosperar mais que os nativos” (MIRANDA, 1991, p. 143). Essa última frase reflete uma ideia comumente adotada pelo discurso da história que acreditava em um progresso evolutivo das nações. Os emboabas reafirmam esse discurso de nação superior, utilizando a si próprios como referência sem considerar o modo de vida dos indígenas e nem seus conhecimentos avançados em outras questões. O líder dos emboabas, Viana, fica impressionado quando Du Terrail reafirma a sabedoria dos índios com relação à medicina, como mostra o diálogo a seguir:

“Consegui-me pajés dos índios, são mestres na arte de curar”
 “Estais gracejando”
 “Não, não estou gracejando. Eles sabem tirar remédios das florestas: folhas torcidas, frutos, raízes, cipós; e os aplicam com sagacidade [...] Eles se riem de nossos remédios por serem compostos. Sabem aplicar ventosas córneas, mediante sucção, fazem até mesmo a flebotomia. Realizam a educação do sangue redundante usando dente de peixe. Com espinhos da árvore carnaúba, com os quais aguçam as flechas, fazem escarificações, como nós. Têm arte na medicina. Há muito o que aprender com eles (MIRANDA, 1991, p. 268-269).

Por intermédio da metaficção historiográfica, questionamos a forma como o passado nos é apresentado pelos textos históricos. Os índios não eram ignorantes, mas viviam imersos em uma cultura distinta, que não só foi desvalorizada como também radicalmente massacrada. O trabalho de recuperação dessas culturas subjugadas é realizado também por estudos literários que, possibilitando seu resgate, contribuem

imensamente para que possamos entender o passado de forma mais ampla, sem aprisioná-lo em uma interpretação dicotômica ou redutora.

O trato dos habitantes da colônia com a cultura dos índios também possui outras facetas ao longo do livro. Arditosamente, Frei Francisco de Meneses, mentor do movimento emboaba, utiliza uma crença indígena para enfraquecer as tropas paulistas, já que alguns índios lutavam do lado destes. A crença era de que deuses cruéis voavam no escuro, por isso eles temiam a noite. Frei Francisco, então, deu ordem para que seus homens se fantasiassem com folhagem e tochas de fogo durante noite e assustassem os índios, atraindo-os para uma emboscada. Esse episódio pode levar a uma interpretação que o considere uma intencional referência à cena de *Macbeth* em que soldados camuflados fazem parecer que o bosque avança contra Dunsinane. Sobre isso, é curioso destacar uma nota de Ana Miranda no Posfácio do livro: “Embora a descrição do ataque a Cachoeira do Campo possa parecer referência a Shakespeare, [...] a versão dos emboabas é dada por historiadores como verídica” (MIRANDA, 1991, p. 374). Percebemos, então, que a intertextualidade característica das metaficções historiográficas pode se valer de diversas fontes de discurso, tanto o literário como o historiográfico. Linda Hutcheon afirma que as narrativas pós-modernas veem a história como intertexto. Nas palavras da autora: “A história passa a ser um texto, um construto discursivo ao qual a ficção recorre tão facilmente como a outros textos da literatura” (1991, p. 185). Parece-nos que relacionar a passagem do ataque dos emboabas aos índios a documentos históricos ou ao drama de Shakespeare é, mais uma vez, tarefa para o leitor, que, assim, amplia seu modo de interagir com a literatura.

Por outro lado, há também uma valorização da cultura indígena na presença de vários diálogos em tupi, principalmente entre os bandeirantes paulistas, que tiveram mais contatos com os índios. As falas em tupi não possuem nenhuma tradução, o que instiga ao leitor a se informar mais sobre essa língua se quiser compreender. Ou também, podemos considerar que a autora preferiu utilizar o tupi sem tradução como forma de envolver mais profundamente no ambiente da narrativa quem a lê.

Outro aspecto interessante do livro é como a literatura do século XVII é representada. Ao descrever as obras dos poetas, Frei Francisco afirma:

A maioria dos livros continha um amontoado de sujeiras, arrotos e desbraguilamentos. Os poetas costumavam ser uma gente de natureza maliciosa. Descreviam príncipes em suas atividades obscenas nos alcouces, nobres em atitudes indignas nas camas, alcoviteiras ensinando a tornarem seus amantes

generosos, velhos seduzindo meninas, exoterismo mundano, cumplicidade de salão; cantava-se gente de sarjeta em versos langorosos, padres eram difamados. (MIRANDA, 1999, 88).

Parece que, para o Frei, a literatura não deveria representar alguns aspectos da vida social, mas, sim, servir apenas como algo que apresentasse os moldes sociais a serem seguidos. Essa passagem nos remete a um tema largamente abordado pelas metaficções historiográficas: a questão da referência. O pós-modernismo quebra a ideia de referência do senso comum de que a história se referiria ao mundo real, e a ficção a um universo fictício (HUTCHEON, 1991, p. 185). No trecho acima destacado, vemos que Frei Francisco acredita nessa separação e elege o discurso histórico como sendo mais representativo das relações pessoais, uma vez que não mostra nobres ou príncipes em atitudes nada exemplares, como fazem as obras dos poetas.

Por meio desses artifícios a narrativa de *O Retrato do Rei* vai recuperando discursos difundidos nos primórdios da formação do Brasil como nação e os coloca à luz do presente. O assunto central do romance, a descoberta e exploração do ouro, é desenvolvido de modo a induzir o leitor a se questionar sobre a versão comumente ensinada nos livros de história do Brasil. Linda Hutcheon afirma que as metaficções historiográficas trabalham nesse sentido, pois:

A função da reunião entre o historiográfico e o metaficcional em grande parte da ficção contemporânea [...] é conscientizar o leitor sobre a distinção entre os *acontecimentos* do passado que realmente ocorreu e os *fatos* por cujo intermédio proporcionamos sentido a esse passado, por cujo intermédio presumimos conhecê-lo. (1991, p. 281).

Portanto, é o leitor que dá sentido ao passado por intermédio dos discursos a que tem acesso. Em *O Retrato do Rei*, as discussões sobre quem merece explorar o ouro apresenta diversos pontos de vista, instigando o leitor a refletir sobre o assunto e a questionar verdades absolutas. Teriam os paulistas esse direito porque desbravaram as terras de minas? O direito seria dos emboabas, pois impulsionavam o crescimento da região por meio do comércio? Ou, ainda, não foram os índios que guiaram os paulistas até o ouro? Não seria deles o direito sobre as terras?

Na medida em que demonstra o conflito sob a ótica de quem estava envolvido diretamente ou foi afetado por ele, a narrativa escapa de qualquer aspecto maniqueísta, tentando demonstrar as consequências da guerra para vários estratos da população brasileira do século XVIII. No final, o grande questionamento recai sobre o valor que o homem atribui ao ouro e sobre as consequentes guerras que são travadas em nome dele.

A última frase do romance, pronunciada por Frei Francisco, “A ambição do homem é maior do que todas as riquezas” (MIRANDA, 1991, p. 370). Inserida no contexto do livro, ela é um prenúncio de que brigas por riquezas sempre existirão, aos olhos do leitor do século XX, e torna-se um modo de pensar criticamente sobre os acontecimentos históricos do passado brasileiro. Dessa forma, a metaficção historiográfica transforma-se também um discurso, ou seja, mais um meio através do qual o leitor dará sentido, a partir do seu presente, ao passado.

3 O Retrato do Rei: reflexões sobre memória e identidade

Neste tópico buscaremos entender como a memória, elemento basilar de criação de identidade nacional, é trabalhada pela metaficção historiográfica. A ideia de que a memória é essencial àquilo que podemos chamar de identidade é defendida por Jacques Le Goff, como verifica-se nas palavras do historiador: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja base é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (1984, p. 46).

Se a memória é parte fundamental na construção dos discursos da história e da literatura de um povo, entendemos que a metaficção historiográfica está diretamente relacionada com uma nova perspectiva de construção da memória coletiva, uma vez que promove uma reelaboração da relação entre história e ficção. Mas, antes de abordarmos diretamente esse tema, faz-se necessário levantar algumas questões sobre a memória coletiva construída pela nação brasileira.

Voltemos, então, às questões peculiares que cercam a formação nacional dos povos latino-americanos. Os processos colonialistas de dominação cultural tinham um forte e claro intento político, proporcionando, por conseguinte, o deslocamento do cânone cultural metropolitano para a colônia. Esse cânone é formado de acordo com o modelo europeu e rege os critérios da história literária e da historiografia. No entanto, o continente latino-americano não era um espaço vazio de cultura e o choque cultural foi bastante intenso.

O que era próprio da cultura dos países latino-americanos antes das imposições da metrópole, quando não foi apagado, foi incorporado à memória do país sob o ponto de vista estrangeiro. Desse modo, o olhar que o povo da nação emergente possui sobre si próprio é atravessado pelo olhar do outro. Consequentemente, sua memória coletiva

carregou muitos aspectos dessa dominação, relegando a cultura nativa a um plano inferior. Durante séculos, a historiografia oficial e também o discurso literário não incorporaram à representação da memória coletiva dos países latino-americanos traços das expressões culturais desses povos nativos, e elas acabaram por ser condenadas ao esquecimento.

A memória coletiva assume uma posição estruturadora das identidades nacionais. Logo, os discursos que derivam e, ao mesmo tempo compõem essa memória, como é o caso da história e da literatura, influenciam largamente a identidade de um povo. Em países emergentes da condição colonial, no período de sua consolidação como nação, há uma clara mistura dos discursos literário e historiográfico, no sentido de legitimar por meio da literatura, movimentos históricos de dominação cultural. Ana Pizarro nos explica melhor esse processo, ao afirmar que a legitimação do discurso literário da nação tem ecos nas primeiras tentativas historiográficas que surgem paralelamente. Isso ocorre porque a historiografia corresponde a um impulso fundacional e assume a literatura a partir de um espírito romântico (1993, v. 2, p. 29).

Portanto, era o discurso dominante que selecionava os elementos componentes da memória cultural e social das colônias. Quando os processos de construção da nacionalidade se intensificaram, tornou-se necessário marcar a diferença perante os colonizadores europeus, mas, contraditoriamente, numa tentativa de unificação, anulavam-se as diferenças regionais de cada país. A construção da identidade nas nações latino-americanas é marcada pela supressão de algumas expressões culturais.

Em uma perspectiva pós-moderna, percebemos que, tanto no discurso da história, quanto nas metaficcões historiográficas, identidade e memória assumem papéis de destaque no que concerne ao modo pelo qual representamos nosso passado. Dentre as representações sociais construídas ao longo de *O Retrato do Rei*, destaca-se a forma como é abordado o papel da mulher. Uma fala de Mariana mostra que a dominação exercida sobre as mulheres está em todos os aspectos de sua vida, até sobre a sua indumentária: “as roupas das mulheres foram inventadas para que elas permanecessem imóveis” (MIRANDA, 1999, p. 89). Há também uma cena em que a jovem Mariana acaba de se casar e recebe instruções sobre sexo. Ela deveria permitir que seu marido fizesse tudo e não poderia sentir prazer de forma alguma. Em contrapartida, é apresentado um lado audacioso das mulheres. Em um trecho em que Mariana lembra de seu marido, o narrador afirma: “As mulheres cultivavam a alicantina da falsa fragilidade. Sua mãe dizia que os seres masculinos eram muito vulneráveis e por esse

motivo precisavam de pistolas. Nenhuma mulher devia temer um homem” (MIRANDA, 1991, p. 29). Em outro momento do romance, as mulheres paulistas expulsam os maridos de casa quando eles não querem lutar, os chamam de covardes e dizem que se não forem garantir a sua honra, elas mesmas irão lutar. Mas esse comportamento não é normalmente absorvido pelos homens; Valentim, por exemplo, só consegue finalmente ficar à vontade perto de Mariana quando ela dá sinais de fragilidade.

O romance de Ana Miranda nos faz refletir sobre as implicações ideológicas do ato de escrever acerca do passado, decorrentes da interação da historiografia com a ficção. Uma nova forma de interpretar a Guerra dos Emboabas surge das reflexões postas nas bocas dos personagens, como quando um português afirma: “*Todos*¹ somos forasteiros, menos os índios cataguases” (1991, p. 143) ou ainda “Todos têm suas razões, por isso não há solução” (1991, p. 143). Mas o fato que realmente se destaca é o modo pelo qual a guerra é apresentada, como uma luta de ambição que nada tinha a ver com ideais patrióticos. A forma como esse episódio é revisitado coloca o cerne da questão em sentimentos inerentes ao homem, independentemente de ele ser paulista ou emboaba. No trecho do livro destacado abaixo, podemos ter uma ideia das discussões travadas sobre a guerra, tendo em mente que as palavras de Valentim se referem a um período de formação do povo brasileiro:

A guerra, disse Valentim, faz parte da alma do homem como, da natureza dos animais. Não vivem os bichos da terra numa guerra constante? Não obtêm eles sua primazia pela força, pelo sangue? Só com uma guerra poderemos garantir nossas datas. Que reino se fez grandioso sem fortalecer-se antes em muitas batalhas? No conflito, adestramos nossos homens para a luta e nossas mulheres para a adversidade. Todos os que não se tornam fracos morrem e, resta um país de bravos.

Talvez os mais corajosos sejam os primeiros a morrer, disse Garcia. (MIRANDA, 1991, p. 126).

A pretensão de se formar um país de bravos é posta em dúvida pela própria ficção. Valentim propõe a formação de um povo que se identifique com ideais destemidos, marcando em sua memória coletiva esse traço cultural. Sob uma ótica pós-modernista, podemos associar essa ideia à seguinte reflexão do teórico Stuart Hall sobre as transformações da identidade cultural: “As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” (2006, p. 48). Desse modo, a metaficção historiográfica, por revisitar formas de

¹ Grifo da autora.

representação do passado, é também um meio pelo qual repensamos nossas memórias e identidades. A ideia de Valentim poderia até criar um povo acostumado com guerras, mas a identidade desse povo não estaria estabelecida definitivamente. As identidades são construídas e, por isso, mutáveis, não sendo assimiladas como um conceito fechado.

Para Hall, as identidades culturais na pós-modernidade estão se fragmentando. Sobre esse assunto, destacamos as seguintes palavras do autor:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais tornou-se mais provisório, variável, problemático. (2006, p. 12).

Nossa percepção é de que esse processo descrito por Hall se deve também a novos modos de o sujeito se relacionar com a memória coletiva e com o discurso histórico. Por isso, achamos que a metaficção historiográfica emerge como forma de se repensar a memória e a identidade de um povo.

Assim sendo, entendemos que, ao utilizar os discursos histórico e ficcional, a metaficção historiográfica trabalha com elementos essenciais à formação identitária de determinada nação. Romances pós-modernos, como o de Ana Miranda, nos permitem estabelecer novas articulações de sentido para o passado e, conseqüentemente, reperspectivar a memória coletiva. A identidade, que pode organizar as ações dentro de uma cultura nacional, é, assim, posta em xeque, visto que um de seus elementos sustentatórios, a memória cultural, acaba sendo reestruturada.

Considerações Finais

“Falar é tatear o nome do que se afasta”, como bem ensina a epígrafe deste trabalho. Por esse motivo, nosso contato com o passado é feito por meio da linguagem, como uma tentativa de não deixar se perder aquilo que ajudou a formar nosso presente. A fala possibilita essa busca e essa relação, tanto ao compor um discurso histórico

quanto um discurso literário. Por meio dela podemos estabelecer uma memória coletiva e, assim, nos associar a determinadas representações sociais.

A memória assume papel fundador no que concerne às representações sociais e à identidade cultural. Mas, pensando por outro viés, lembramos que na mitologia grega, Mnemósine, a deusa da memória, era a mãe das nove musas, criaturas inspiradoras da arte, o que também pode ser uma forma de pensar que todas as artes estão, de alguma forma, ligadas à memória. Dessa forma, tornam-se mais estreitas as ligações das artes com a história, uma vez que elas necessariamente se utilizam da memória, elemento basilar do discurso histórico.

Percebemos que a composição dos discursos da história e da literatura se aproxima em muitos aspectos. E que, sob uma ótica pós-modernista, os embates sobre os limites entre o ficcional e o histórico não devem reduzir os estudos desses temas a categorias dicotômicas, mas, sim, ampliar as discussões, tornando cada vez mais aberto nosso modo de entender as representações humanas. Por esse motivo, não podemos esquecer das palavras de Le Goff, quando afirma que “Devemos trabalhar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para servidão dos homens.” (1984, p. 47).

Especificamente sobre o discurso literário, entendemos que ocorre uma concreta inseparabilidade entre literatura e realidade empírica. A metaficção historiográfica, ao mesmo tempo em que rearticula os discursos da história e da ficção, torna-se ela própria um meio de representação por meio do qual atribuímos novos sentidos ao passado. Desse modo, tem importância fundamental o contexto de produção da obra, bem como o de recepção, que lhe imputará novos significados.

Esses novos sentidos fazem com que a metaficção historiográfica atue, de alguma forma, sobre a memória coletiva de determinada sociedade. Se a memória é um articulador de identidades sociais, as transformações que ela sofre vão também modificando o modo pelo qual as sociedades se conhecem. Concluimos, então, que a metaficção historiográfica, como pudemos observar no livro de Ana Miranda, leva a questionamentos sobre como nos relacionamos com nosso passado e, conseqüentemente, transforma o modo de entender nosso presente. Os romances pós-modernos resgatam uma série de expressões culturais deixadas de lado ao longo das formações dos países latino-americanos. Assim, as metaficções historiográficas nos possibilitam um contato reflexivo com o passado ao nos mostrar que ele é um discurso construído com o olhar do presente.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989) - A Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editoria da UNESP, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Guacira Louro Lopes e Tomaz Tadeu Silva. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: história, teoria e ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

LE GOFF, Jacques. Memória. Trad. Irene Ferreira e Bernardo Leitão. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, v. 1. p. 11-50.

MIRANDA, Ana. *O Retrato do Rei*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PIZARRO, Ana (Org.) *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas, SP: UNICAMP, 1993, 3 v.

ROSA, João Guimarães. *Tutaméia (Terceiras Histórias)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Data de submissão: 10/02/2016

Data de aprovação: 05/03/2016